Anne-Marie Slaughter, professora de Princeton e ex-diretora de planejamento do Departamento de Estado

‘Credibilidade do Brasil ajudará trato com Teerã’

Analista e ex-conselheira de Obama pede retorno da mediação turco-brasileira e nova parceira após visita de Dilma a Washington

Em 2010, quando o acordo turco-brasileiro foi rejeitado pelos EUA e demais grandes potências, Anne-Marie Slaughter ocupava um posto-chave na diplomacia americana: no Departamento de Estado, era a diretora de planejamento político, espécie de centro de reflexão e debate dentro da Chancelaria americana. Hoje, a professora de Princeton – e uma das vozes mais influentes tanto em think-tanks quanto nos corredores do poder de Washington – quer o Brasil de volta à mesa de negociação com o Irã.

“O problema do acordo de 2010 não eram os mediadores, Brasil e Turquia, mas o ‘timing’ do anúncio”, justifica. Para ela, a experiência histórica do Brasil, que optou por não militarizar seu programa atômico, facilita uma “saída honrosa” a Teerã. A seguir, trechos da conversa por telefone com o **Estado**.

● A sra. defende a participação do Brasil e da Turquia no diálogo com o Irã como uma forma de superar o atual impasse. Hoje, com novas sanções e ameaças, a situação é bem mais tensa do que na época do acordo turco-brasileiro. Por que o Brasil deve se expor novamente?

De fato as coisas estão muito diferentes do que em 2010 e a relação entre o Brasil e o Irã mudou desde o governo Lula. Entendo que o Brasil veja mais motivos contra do que a favor da participação. Ao mesmo tempo, crescem as razões para o envolvimento da Turquia, por sua própria condição geográfica. Mas o Brasil teve uma experiência própria ao tentar desenvolver um programa nuclear (com fins militares) e, depois, decidindo que esse não era o melhor caminho. Isso dá ao País uma credibilidade especial. É importante permitir ao Irã uma saída honrosa, na qual Teerã diria ‘nós é que decidimos fazer um programa pacífico’. Com o Brasil, fica mais fácil.

● O governo brasileiro interpretou a recusa dos EUA ao pacto de 2010 como um sinal de que americanos aceitam que emergentes tenham mais voz em temas como finanças globais, comércio ou meio ambiente, mas não quando o assunto é ‘alta política’ – questões de guerra e paz. A sra. concorda com essa visão?

Não concordo. Acho que os EUA responderam daquela forma por causa do ‘timing’ do acordo, não porque o Brasil e a Turquia eram os negociadores. Trabalhamos duro para conseguir apoio a uma nova rodada de sanções na ONU e o acordo parecia uma jogada do Irã para evitar essas punições. Não foi algo do tipo ‘alta política versus baixa política’, mas uma mensagem dizendo ‘não caia na jogada iraniana’.

● A sra. foi uma das primeiras a defender a ação militar na Líbia. Hoje vemos uma crescente discórdia: para americanos e europeus, a queda de Kadafi foi um exemplo de intervenção legal e eficiente; para os Brics, foi uma operação de mudança de regime que atropelou o mandato da ONU – ‘um perigoso precedente’, segundo Rússia e Brasil. Não se trata de um mero debate teórico, pois ele agora está determinando a reação diante da crise síria. Como a sra. vê isso?

Vejo essa última versão no discurso da China e da Rússia, mas não sei se ela se aplica a todos os Brics. A Índia, por exemplo, votou a favor de uma resolução no Conselho de Segurança contra a Síria. Desde o início a Otan deixou claro o que seria necessário fazer – bombardeios a centros de comando e tropas do regime que atacavam não só opositores, mas cidades inteiras, como Misrata. Não foi uma operação de mudança de regime, mas um ataque a um governo que estava determinado a massacrar sua população.

● O Brasil está tentando adicionar à ideia de ‘responsabilidade de proteger’, que permeou o debate sobre a Líbia, o conceito de ‘responsabilidade ao proteger’. O que a sra. acha disso?

Apoio elaborar a ideia de ‘responsabilidade de proteger’ de modo que países se sintam mais à vontade com ela. Mas desde que isso não a ameace. Pode-se até dizer que a coisa foi longe demais na Líbia, mas é fato que muito menos civis morreram porque a comunidade internacional agiu. Concordo com Dilma no sentido de que o objetivo da intervenção deve ser sempre parar a matança.

PHILIP SCOTT ANDREWS/THE NEW YORK TIMES

Anne-Marie. ‘EUA e Brasil devem liderar união regional’

● E o que pode ser feito diplomaticamente diante do massacre na Síria?

Seria importante passar no Conselho de Segurança a resolução mais dura que conseguirmos. A alternativa agora é entre armar o Exército Livre Sírio (grupo de desertores das forças de Assad), ou criar zonas de exclusão na fronteira com a Turquia, onde sírios poderiam buscar refúgio. Se a Turquia, a Jordânia ou a Liga Árabe pedissem isso, acredito que teriam total legitimidade, pois há um alto risco de termos uma onda de refugiados causada pela guerra civil.

● Obama receberá Dilma no dia 6 de abril. Qual seria o melhor resultado para o encontro?

O melhor seria alcançar uma parceria energética para as Américas, que precisam se tornar uma economia muito mais integrada. EUA e Brasil podem e devem conduzir esse processo.

● E o pior resultado?

Seria ver o Brasil tentando definir sua identidade com base na contraposição aos EUA, em vez de trabalhar ao lado de Washington. Foi o caso em alguns momentos de Lula, embora ele tenha feito muitas coisas boas. Seria uma pena ver isso com Dilma. Mas duvido que ocorrerá. / **R. S.**

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 19 fev. 2012, Primeiro Caderno, p. A8.